



## “PONDO A MÃO NA MASSA”: INTERVENÇÕES DESENVOLVIDAS POR PARTICIPANTES DE UM CURSO DE EXTENSÃO SOBRE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE SEXUAL

Marcos Lopes de Souza<sup>1</sup>  
Lorruan Alves dos Santos<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho relata e discute ações educativas desenvolvidas pelas/os participantes do curso de extensão Gênero, Raça e Diversidade Sexual realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié-BA. As intervenções foram analisadas com base nos relatórios das/os cursistas e dos registros elaborados por meio de suas apresentações orais. As intervenções ocorreram em diferentes instâncias como: unidades de ensino, empresa privada, igrejas, casal gay e mães, atingindo 142 pessoas desde crianças até idosas. Embora as ações tenham sido pontuais e com limites, os grupos perceberam os desafios enfrentados nessas intervenções, identificaram relatos de processos discriminatórios vivenciados por algumas pessoas e reconheceram a necessidade de continuidade desses trabalhos.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Extensão universitária. Diferenças.

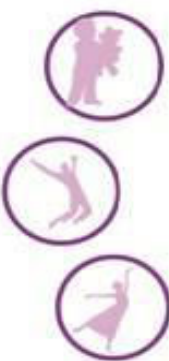
### Introdução

Nos últimos anos, na sociedade brasileira, temos presenciado uma série de ataques às lutas e conquistas dos movimentos feministas e LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais). Um deles foi a retirada das questões de gênero e sexualidade do Plano Nacional de Educação (2014-2024) engendrada por deputados/as articulados/as com movimentos conservadores fundamentalistas e, essa derrota também se deu nos planos estaduais e municipais de educação em várias localidades do país, inclusive a própria Igreja Católica por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) encaminhou uma carta a todos os arcebispos e bispos do Brasil para que rejeitassem a inclusão da nomeada “ideologia de gênero” nos documentos. Conforme Junqueira (2017, p. 29), o movimento religioso reacionário tem como intuito “[...] instaurar um clima de pânico moral contra grupos social e sexualmente vulneráveis e marginalizados, por meio do acionamento de variadas estratégias discursivas, artifícios retóricos, repertórios, redes de intertextualidade etc.”.

<sup>1</sup> Doutor, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), markuslopessouza@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestrando, Universidade de São Paulo (USP), lorruanalves@gmail.com.



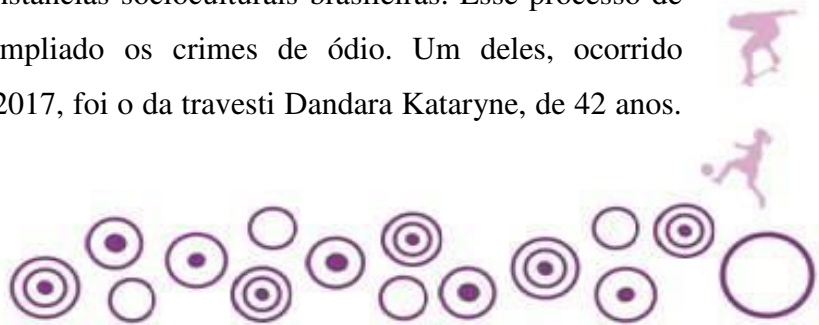



Essas investidas feitas contra a permanência dos diálogos sobre gênero e sexualidade no espaço escolar e em outras instâncias sociais têm contribuído para o silenciamento dos processos de violência que acometem as mulheres, de forma geral, e especialmente, a comunidade LGBTI. Ao mesmo tempo isso favorece a manutenção da cisheteronormatividade, entendida como uma ordem regulatória social que reitera o modelo cisgênero e heterossexual como aquele em que todas as pessoas devem se pautar e seguir indiscriminadamente, questionando toda e qualquer forma de dissidência ou de escapes às normatizações de gênero e de sexualidade (MISKOLCI, 2013).

A ausência dos diálogos sobre gênero e sexualidade nos espaços sociais fortalece, por exemplo, a violência cometida contra as mulheres. De acordo com o trabalho de Waiselfz (2015) que analisou os homicídios femininos com base no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS), em 2013, contabilizávamos 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, número que coloca o Brasil no 5º lugar no ranking de países nesse tipo de crime. Na Bahia em 2003 era de 2,2 e em 2013 foi de 5,8. No ano de 2013, 4762 mulheres foram assassinadas, sendo que metade delas foi morta por um parente da vítima e dentro do núcleo familiar e 33,2% dos assassinatos de 2013 foram cometidos pelo parceiro ou ex-parceiro.

Dentre as mulheres, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no país. O número de homicídios de brancas cai de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576 em 2013 (diminuição de 9,8%). Já os homicídios de negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas. Neste texto, o autor também relata que, no Brasil, a impunidade para esses crimes de homicídio é grande, embora recentemente tenha sido aprovada a Lei 13104/2015 que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o inclui no rol de crimes hediondos. Nesta nova lei, o feminicídio acontece quando envolve violência doméstica e familiar e em virtude da discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015).

Essas reações dos grupos conservadores também têm fomentado os processos de violência contra a população LGBTI. A lesbofobia (manifestação preconceituosa e discriminatória contra as lésbicas) e também a homofobia (violência contra gays), bifobia (agressão contra as pessoas bissexuais) e transfobia (violência contra travestis e transexuais) têm sido reiteradas continuamente nas instâncias socioculturais brasileiras. Esse processo de rejeição à comunidade LGBTI tem ampliado os crimes de ódio. Um deles, ocorrido recentemente, no dia 15 de fevereiro de 2017, foi o da travesti Dandara Kataryne, de 42 anos.





Ela foi agredida com murros, pedradas e pauladas e tiros, um crime cometido por vários jovens e com requintes de crueldade.

Todas essas circunstâncias ratificam a importância do desenvolvimento de projetos que mobilizem os diferentes setores sociais a repensarem nesses processos de sexismo, racismo e lesbohomobitranfobia que se expressam todos os dias no Brasil. Movidos por essas inquietações foi desenvolvido um curso de extensão nomeado de Gênero, Raça e Diversidade Sexual na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Jequié-BA.

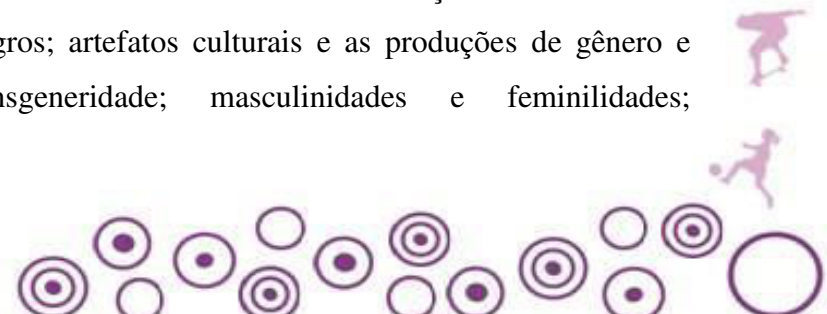
Este curso teve o propósito de apresentar e discutir as interfaces entre gênero, raça e sexualidade considerando os processos normativos e normalizadores que produzem as diferenças e também as discriminações e violências. Nesse contexto, este artigo pretende apresentar e analisar as intervenções desenvolvidas pelas/os participantes do curso em diferentes contextos socioculturais.


### **Percurso do trabalho**

Esta investigação teve como campo de estudo as duas turmas (2015 e 2016) de um curso de extensão em Gênero, Raça e Diversidade Sexual realizado na UESB, *campus* de Jequié-BA. O curso tinha a carga horária de 180 horas e os encontros ocorriam uma vez ao mês (sábado e domingo) no período de março a dezembro.

No ano de 2015 tivemos 85 pessoas inscritas no curso, todavia, no primeiro módulo (março de 2015) compareceram 28 pessoas. Ao final do curso (dezembro de 2015), sete pessoas concluíram. Em 2016, tivemos 48 inscritas/os, entretanto, no primeiro módulo (março de 2016) compareceram 28 pessoas e, no encerramento do curso (dezembro de 2016) doze. A diferença entre o número de inscritos e aqueles/as que compareceram no primeiro encontro pode ser atribuída ao fato de que como a inscrição é gratuita, muitos/as se inscrevem, mas não frequentam o curso. Também observamos que muitas pessoas desistiram ao longo do ano e, algumas, não finalizaram porque faltaram em alguns dos encontros, inclusive essa é uma das maiores dificuldades que temos tido nesse tipo de ação: a permanência das pessoas, especialmente, quando se trata de cursos de extensão de longa duração (dez meses). Das 19 pessoas que concluíram o curso nesses dois anos, 18 eram mulheres e um homem. A maioria (11) estava cursando nível superior e as demais (oito) eram graduadas.

Os principais debates realizados durante o curso foram: construções conceituais de gênero; mulheres negras e homens negros; artefatos culturais e as produções de gênero e sexualidade; travestilidade e transgeneridade; masculinidades e feminilidades;





homossexualidades, bissexualidades e relações étnico-raciais; intersexualidade; famílias homoparentais; sexismo, racismo e lesbohomobitransfobia.

Para trabalhar com as temáticas citadas foram utilizadas variadas estratégias didáticas como leitura e discussão de textos e artigos científicos (de autoras/es como Berenice Bento, Marice Berenice Dias, Michel Foucault, bell hooks, Guacira Lopes Louro, Richard Miskolci e Marcelo Tavares Natividade); exposição dialogada; exibição e discussão de curta e longa metragens e reportagens (ex.: Vestido Nuevo, XXY).

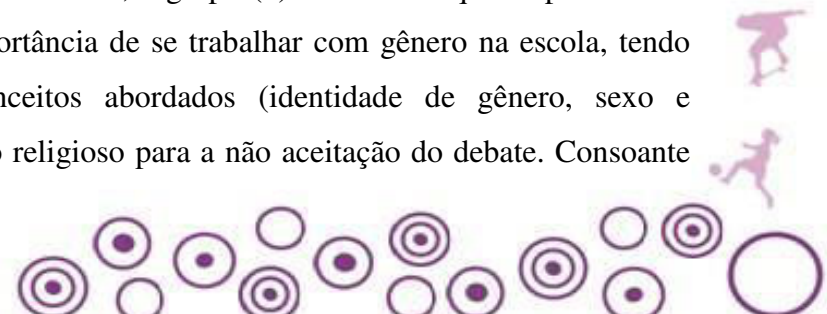
Nos três últimos meses do curso, os/as participantes foram orientadas/os para desenvolverem, em grupo, uma intervenção junto a um público específico, devendo ter no mínimo 8 horas e contemplar algumas das discussões que foram realizadas no curso. As/os participantes tiveram liberdade para a organização dos grupos (desde que o número de pessoas por grupo não ultrapassasse 4 pessoas) e para a escolha dos temas e os locais onde seriam desenvolvidas as intervenções.


Na turma de 2015 tivemos três ações realizadas e na de 2016 cinco, totalizando oito intervenções. Diante disso, neste texto faremos uma análise das ações realizadas pelos grupos por meio de dois materiais: o relatório elaborado pelas/os participantes e as notas de campo das apresentações feitas por elas/eles no último encontro de cada turma. Conforme relatado por Bogdan e Biklen (1994), os textos escritos pelos sujeitos e as notas de campo se configuram como ferramentas para produção de material empírico para as pesquisas.

### **Análises das intervenções desenvolvidas pelos/as cursistas**

Conforme relatado na parte metodológica do texto, as/os participantes do curso desenvolveram atividades interventivas em espaços singulares. Nas turmas de 2015 e 2016 foram realizadas, ao total, oito intervenções. Dessas ações, uma foi desenvolvida em empresa privada (grupo 1); uma em igrejas (grupo 2); uma com mães (grupo 3); uma com um casal gay (grupo 4) e quatro em unidades de ensino. Em relação às intervenções que ocorreram em instituições de ensino, uma direcionou suas atividades para docentes e equipe gestora (grupo 5) e as demais para estudantes sendo que uma delas privilegiou crianças da educação infantil (grupo 6), outra se direcionou para garotas adolescentes (grupo 7) e outra tanto para garotas quanto garotos (grupo 8). Ao total foram atingidas 142 pessoas desde crianças até idosas.

Na intervenção realizada com as docentes, o grupo (5) mencionou que as professoras tinham relutância em reconhecer a importância de se trabalhar com gênero na escola, tendo dificuldades em compreender os conceitos abordados (identidade de gênero, sexo e sexualidade) e utilizando-se do discurso religioso para a não aceitação do debate. Consoante





com as ideias trazidas na introdução, alguns grupos religiosos têm entendido que falar sobre gênero e sexualidade na escola seria uma maneira de retirar do âmbito da instituição familiar e das próprias religiões a autoridade em falar sobre essas temáticas e, ao mesmo tempo, de assumir posicionamentos que seriam contrários ao pensamento cristão como o de defender a liberdade às diferentes identidades de gênero e sexualidades e de ameaçar o modelo tradicional de família (CASTRO; FERRARI, 2017).

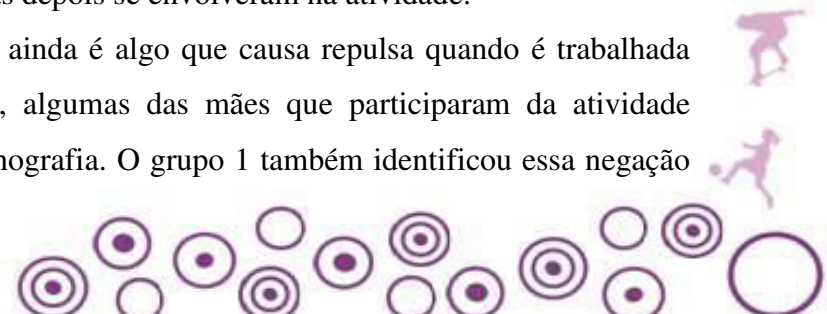
Pensando nesta questão das religiosidades, o grupo 2 assumiu o desafio em dialogar sobre as questões de feminismo, sexismo e estereótipos com jovens de dois grupos religiosos (igreja católica e evangélica). O grupo apontou a difícil tarefa em encontrar grupos religiosos que estivessem dispostos a dialogar sobre essas questões, pois se sabe das discordâncias de opiniões e do conservadorismo religioso. Embora não seja uma regra, nesta intervenção com as igrejas, o grupo evangélico teve maior relutância em dialogar sobre o feminismo, em especial, sobre a divisão sexual do trabalho e, assim, concordavam com a desigualdade da divisão do trabalho doméstico que ainda sobrecarrega a mulher.

Sobre as dificuldades nesses trabalhos, durante a ação com os/as empregados/as de uma empresa de informática, o grupo 1 mencionou que, no início, houve rejeição das/os funcionárias/os em participar da atividade, entendendo isso como algo banal, inclusive um dos rapazes se mostrou muito incompreensivo em relação aos gays. O grupo 8 descreveu que foi difícil manter a interação com os/as discentes do ensino médio, pois alguns/algumas estudantes saíram do ambiente, já que não se tratava de uma atividade obrigatória.


Por outro lado, na ação realizada com adolescentes do ensino médio (grupo 7) as meninas receberam positivamente o trabalho, sem hesitação, inclusive algumas delas relataram situações de violência psicológica vivenciadas em relacionamentos abusivos e suas colegas se disponibilizaram a ajudá-las caso desejassem sair daquela situação.

O grupo 6 foi o único que trouxe as questões étnico-raciais na intervenção por meio da contação de história do livro *Menina Bonita do Laço de Fita* de Ana Maria Machado, publicado pela primeira vez em 1986. Depois da contação, as crianças fizeram uma atividade utilizando lápis de cor para pintar os coelhos conforme dizia a história. O grupo conversou com as crianças sobre a importância de reconhecer as diferenças e como o preconceito gera dor e sofrimento naquelas/es que são alvos desses processos. Segundo o grupo, as crianças tiveram um pouco de estranhamento, mas depois se envolveram na atividade.

A questão da homossexualidade ainda é algo que causa repulsa quando é trabalhada nessas atividades. Segundo o grupo 3, algumas das mães que participaram da atividade associavam homossexualidade com pornografia. O grupo 1 também identificou essa negação







da homossexualidade, inclusive elas trabalharam com o longa-metragem Orações para Bobby favorecendo com que o pessoal partilhasse de experiências com algumas pessoas que são LGBTI e que vivenciam o preconceito. No entanto, a ideia compensatória é muito forte, pois diziam que embora as pessoas conhecidas fossem LGBTI eram íntegras, boas filhas e tinham atitudes altruístas.

O grupo 4 comentou que ao realizar a intervenção com o casal gay observou a presença de discursos heteronormativos, sobretudo em relação ao relacionamento gay desejável, por outro lado, o casal comentou sobre a importância de que o grupo pense em como trazer as questões da sexualidade nos espaços em que atuam, pois uma palavra mal colocada pode acarretar um incômodo ou frustração.

Por fim, destacamos, mesmo com as limitações, a contribuição do desenvolvimento das intervenções sobre as questões de gênero, raça e diversidade sexual para a formação das/os profissionais que se envolveram nessas atividades. As principais aprendizagens destacadas pelos grupos foram: importância de agir em nosso cotidiano em prol da desconstrução dos processos discriminatórios; compreensão dos desafios em trabalhar com as diferenças; construção de uma maior escuta em relação às situações de discriminação; possibilidade de desenvolver essas ações educativas nas escolas, inclusive com crianças da educação infantil e a constituição dessas intervenções como espaços de socialização de experiências vividas pelas/os participantes, muitas delas marcadas por violências.

## Referências

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto Editora: Portugal, 1994.

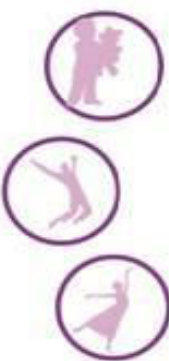
BRASIL. Lei 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de março de 2015. Seção 1, página 1.

CASTRO, R. P.; FERRARI, A. A “ideologia de gênero” e processos educativos nos discursos religiosos: efeitos de saber-poder-verdade. *In*: FERRARI, A.; CASTO, R. P. (Org.).

**Diversidades sexuais e de gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 75-99.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? *In*:





RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Org.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

MISKOLCI, R. **Teoria *queer***: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. rev. e reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2013.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso: Brasília, 2015.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

**Catálogo na Publicação:**

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira  
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

